

ALTA DO PETRÓLEO

Subsídios à gasolina e ao diesel são ampliados

Após a recente disparada no preço internacional do petróleo, o governo federal ampliou ontem as medidas para conter a alta dos combustíveis no Brasil. As novas ações reduzem em R\$ 0,63 por litro os tributos sobre a gasolina e autorizam uma subvenção inicial de R\$ 1 por litro de diesel. As medidas foram anunciadas por meio de um decreto e de uma medida provisória assinados ontem. A estratégia substitui e amplia a política de subsídios adotada anteriormente para tentar reduzir o impacto da disparada das cotações internacionais sobre os preços domésticos. A medida provisória assinada pelo governo autoriza a União a conceder subvenção econômica a produtores e importadores de óleo diesel de uso rodoviário enquanto persistir a instabilidade na oferta de combustíveis relacionada aos conflitos geopolíticos. O desconto será aplicado diretamente ao preço de venda do combustível. Os agentes que aderirem ao programa deverão registrar o abatimento na nota fiscal. O valor inicial da subvenção será de R\$ 1 por litro, mas poderá ser modificado pelo Ministério da Fazenda, de acordo com as condições do mercado e a disponibilidade de recursos. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ficará responsável pela habilitação dos participantes, pelo acompanhamento dos preços e pelo pagamento da subvenção. **PÁGINA 2**

CLIMA

Rio recebe base da Força do SUS para conter El Niño

PÁGINA 5

CERCO AO BRASIL

Rubio fala em montar base dos EUA na Colômbia

PÁGINA 8

CRISE NO STF

Lavajatista, Fachin alivia para Mendonça e penaliza Moraes

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) receberam com alívio as decisões tomadas por Edson Fachin. Havia na Corte apreensão para que o presidente tomasse as rédeas da crise, na tentativa de solucionar o impasse criado por diferentes decisões individuais. Na avaliação de um ministro, as medidas adotadas ontem, "amenizam" a guerra interna no tribunal - mas a confusão ainda estaria longe de ser solucionada. Fachin

pautou para a próxima terça-feira, o julgamento do pedido de André Mendonça para abertura de investigação contra Alexandre de Moraes. A expectativa é que a sessão seja palco de bate-boca entre os ministros. As decisões de Fachin agradaram mais a ala ligada a Mendonça do que o grupo de Moraes. Além de agendar o julgamento do pedido contra Moraes, Fachin retirou dele a relatoria do inquérito das fake news. **PÁGINA 6**

ESCÂNDALO FINANCEIRO



RICARDO STUCKERT/PR

Lula pede quebra completa de sigilo do caso Master ‘doa a quem doer’

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) defendeu, ontem, a “quebra completa do sigilo das investigações de todos os envolvidos no caso Master”. Lula classificou a investigação como “o maior crime financeiro da história do Brasil”. A fala do presidente ocorre em meio a uma grave crise entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo decisões relacionadas às investigações do caso Master e do ex-banqueiro Daniel Vercaro. Em publicação nas redes sociais,

Lula pediu que a medida seja tomada de forma “urgente”. “O povo brasileiro precisa de explicações e medidas imediatas para enfrentar a crise institucional que tomou conta do Poder Judiciário”, afirmou. O presidente cobrou transparência e criticou vazamentos seletivos que impactam a disputa eleitoral. Ele argumentou que a quebra do sigilo das investigações deve ser completa, “seja quem for, doa a quem doer”. “O Brasil precisa saber a verdade”, encerra a nota. **PÁGINA 7**

AMCHAM

Exportações aos EUA sobem 12,1% em agosto

Em agosto, as exportações brasileiras aos Estados Unidos cresceram 12,1% em valor na comparação com o mesmo mês de 2025, segundo o Monitor do Comércio Brasil-EUA, elaborado pela Amcham Brasil com base em dados do Comexstat. O avanço, porém, foi acompanhado por queda de 17,3% na quantidade exportada, que atingiu o menor nível para um mês de agosto desde 2021. “O crescimento em valor foi sustentado pelo aumento dos preços médios, embora produtos como carne bovina, semimanufaturados de

ferro ou aço, aeronaves e café também tenham registrado altas relevantes em quantidade”, aponta a Câmara de Comércio norte-americana em nota. A entidade destaca que o desempenho mensal já foi impactado pelas tarifas adicionais de 40% e 50%, impostas pelos EUA a partir de agosto do ano passado. Apesar do crescimento do valor dos embarques em igual mês deste ano, os produtos atualmente sujeitos às sobretaxas mais elevadas, de 25% a 37,5%, registraram queda de 10,5%, observa a Amcham. **PÁGINA 3**

INDICADORES																	
IBOVESPA (-0,93%) / 185.629,04 / -1.737,80 / Volume: 26.801.673.778 / Negócios: 3.731.065						Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,22% (ago.)	EURO turismo				
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA-15	-0,40% (ago.)	Compra: 6,0074	Venda: 6,1874
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.						
PMAM3	0,41	-16,33	-0,08	ESTR4	1,47	+17,60	+0,22	PMAM3F	0,41	-16,33	-0,08	Dow Jones	52.380,66	-0,77			
B3SA3	17,29	-1,98	-0,35	SEQL3F	0,070	+16,67	+0,010	PMAM3	0,41	-16,33	-0,08	S&P 500	7.636,36	-0,48			
PETR4	48,42	+0,69	+0,33	AZTE3F	1,760	+15,79	+0,240	OSXB3	1,05	-14,63	-0,18	US Tech 100	28.667,2	-0,23			
CSNA3	7,11	+7,40	+0,49	AMAR3	0,90	+15,38	+0,12	SEQL3	0,060	-14,29	-0,010	Euronext 100	1.896,69	-1,27			
BBAS3	22,18	-1,86	-0,42	AZTE3	1,730	+15,33	+0,230	AZEV3	7,32	-12,34	-1,03	CAC 40	8.156,67	-1,94			
						Fechamento		%	Taxa Selic								
									(06/08)		14,00%						
									TR		0,1709%						
									(10/09)								
									Poupança		0,6718%						
									(10/09)								
												Compra: 5,9440		Venda: 5,9446	Compra: 5,1302	Venda: 5,3102	

CIDADES SAUDITAS

Conflito entre Arábia Saudita e Houthis tem ataques no Iêmen

MATHEUS ANDRADE/AE

A coalizão liderada pela Arábia Saudita que atua no Iêmen afirmou ontem, que os Houthis atacaram as cidades sauditas de Khamis Mushait, Abha e Jazan com mísseis balísticos e drones. Segundo o jornal saudita Al Arabiya, a ofensiva deixou 73 feridos no país além da destruição de edificações, incluindo ligadas ao petróleo.

Na terça-feira, o ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Faisal bin Farhan, disse que o país não hesitaria em se defender contra quaisquer ataques, enfatizando que usaria todos os meios disponíveis para proteger os seus interesses, mantendo ao mesmo tempo a porta aberta para soluções diplomáticas no trato com os Houthis. Ele afirmou que a Arábia Saudita "não hesitará em apoiar o que serve os interesses do Iêmen e da região", enfatizando que usaria todos os meios disponíveis para proteger os seus interesses e defender-se contra ataques.

Ele afirmou que o governo do Iêmen reconhecido internacionalmente havia proporcionado uma oportunidade para negociações responsáveis com os houthis, mas que a milícia preferiu priorizar seus próprios interesses restritos em detrimento dos interesses do Iêmen e de seu povo, segundo o Al Arabiya.

Por parte do governo apoiado por Riad, o ministro da Defesa do Iêmen, Taher al-Aqili, afirmou que as forças armadas continuarão a cumprir seus deveres nacionais para restaurar as instituições do Estado e pôr fim ao golpe, elogiando "o elevado moral e as vitórias alcançadas pelos heróis" em diversas frentes de batalha.

A emissora Al Masirah, controlada pelos Houthis, citando o Ministério da Saúde do grupo, informou que pelo menos 21 pessoas morreram em ataques sauditas à província de Al Jawf, no Iêmen, nos últimos dois dias. A Arábia Saudita não anunciou nem confirmou a realização de ataques na região.

NOVEMBRO

Donald Trump diz que guerra com Irã vai acabar após midterms

THAIS PORSCHE/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem, que guerra com o Irã vai acabar após as eleições de meio de mandato de novembro e que os preços da gasolina irão cair em seguida.

"Pode demorar um pouquinho mais", afirmou ele a repórteres sobre os preços dos combustíveis a caminho da Convenção Republicana em Dallas. "Gasolina vai ficar abaixo de US\$ 2 o galão", acrescentou.

O republicano reiterou que não está buscando um acordo

com Teerã, mas que pode haver uma negociação. "Estou fazendo muito mais do que um acordo nuclear; há muitas questões em pauta", frisou sem dar mais detalhes. Trump também comentou que vai conversar com Israel sobre sanções impostas pelo Reino Unido aos assentamentos da Cisjordânia.

Perguntado à respeito de uma reunião trilateral entre ele, Volodymyr Zelensky e Vladimir Putin, o mandatário respondeu: "pode acontecer". "Tive ótima conversa com Putin, ele quer fechar um acordo de paz", disse.

SOB RISCO

No Irã, IRGC adverte países a não colaborarem com EUA

LAÍS ADRIANA/AE

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC, em inglês) alertou países a não colaborarem com os Estados Unidos em ataques no Golfo Pérsico e no Mar de Omã, sob risco de se tornarem alvos, em comunicado divulgado nesta quarta-feira, 9. O alerta acontece após Washington ameaçar nova ofensiva contra Teerã e embarcações na região.

Este não é o primeiro alerta iraniano contra o envolvimento internacional. No mais recente, Teerã alertou a Coreia do Sul contra qualquer envolvimento militar no Estreito de Ormuz, após Seul sinalizar que estudava enviar algumas forças para ajudar na segurança de navegação da região.

Porta-voz do IRGC, o general Hossein Mohebbi disse que

os Estados Unidos não têm capacidade para manter presença na região, observando que o Estreito de Ormuz se tornou "determinante" para a ordem global e que o "Irã exerce controle sobre a hidrovia". Mohebbi acrescentou que as Forças Armadas iranianas são capazes de "monitorar, identificar e atacar equipamentos e embarcações inimigas" em qualquer parte do estreito.

Segundo ele, novas armas do Irã permitem ao país atingir navios de guerra americanos a longa distância, enquanto os EUA sofrem "graves perdas em termos de pessoal e equipamento, incluindo efeitos psicológicos, o que torna sua presença militar contínua na região difícil e dispendiosa". "Daremos uma resposta proporcional e decisiva a qualquer agressão", disse.

CERCANDO O BRASIL

Rubio fala em implantação de base dos EUA na Colômbia

LAÍS ADRIANA/AE

O Ministério do Comércio da China afirmou ontem que "se opõe firmemente" às acusações feitas pelos Estados Unidos contra empresas chinesas de inteligência artificial (IA), após órgãos americanos de segurança e ciberdefesa divulgarem um comunicado conjunto com recomendações de proteção para companhias dos EUA.

Segundo a pasta, a alegação de que empresas chinesas realizariam "destilação em escala industrial" para adquirir capacidades de modelos avançados americanos é "sem base e sem fundamento legal". O ministério reagiu ao anúncio emitido na terça-feira pela Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA, pela Agência de Segurança Cibernética e de Infraestrutura (CISA) e pelo FBI.

Na avaliação chinesa, Was-

hington estaria "politizando e instrumentalizando" um tema que, para o setor, é uma prática técnica comum. O governo afirmou que a destilação - técnica em que modelos "aprendem" com outros modelos - é utilizada globalmente, inclusive por empresas americanas, e pode melhorar eficiência de aprendizado e ampliar o acesso aos benefícios da tecnologia, sobretudo em países em desenvolvimento.

O porta-voz também acusou os EUA de adotar "duplos padrões", argumentando que modelos chineses de código aberto são compartilhados internacionalmente, inclusive com empresas americanas, enquanto companhias dos EUA, segundo Pequim, também fazem destilação de modelos chineses. Ainda assim, diz a nota, os EUA tratariam a prática como ataque quando associada à China.

A China criticou ainda o uso de agências de segurança para

tratar o tema como questão de segurança nacional, afirmando que isso interferiria em atividades comerciais e poderia servir para respaldar termos "injustos" em contratos de uso, como restrições geográficas amplas.

O ministério disse que Pequim está disposta a dialogar com os EUA em discussões intergovernamentais sobre IA, mas advertiu que tomará contramedidas caso Washington use o tema como pretexto para "suprimir" empresas chinesas.

ALEGAÇÃO DE CRIME

O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC, em inglês) do Departamento do Tesouro dos EUA sancionou ontem, a intitulada "Organização Criminosa Transnacional" Xinbi Guarantee. A plataforma chinesa, segundo o Tesouro, é amplamente utilizada por cibercriminosos que operam um grande mercado online ilícito de

ALEMANHA

Merz acusa partido de extrema-direita de defender limpeza étnica

O chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, acusou o partido de extrema-direita Alternative für Deutschland (Alternativa para a Alemanha) de buscar a "limpeza étnica" com sua campanha de "remigração", após a vitória do partido em uma eleição estadual no fim de semana.

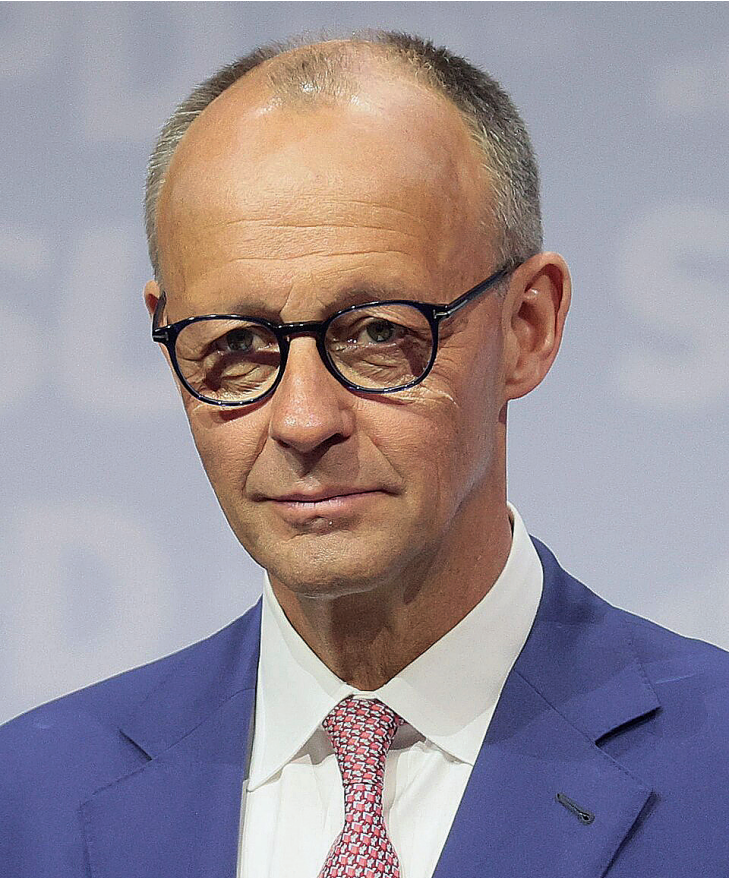
Merz afirmou em discurso no Parlamento alemão que o partido de extrema-direita daria uma machadada em um dos pilares da economia alemã com uma campanha racista de deportações em massa

"O termo 'remigração' nada mais é do que um sinônimo para limpeza étnica baseada na origem e na cor da pele", disse ele nesta quarta-feira, 9, sob aplausos dos outros partidos no Bundestag, a câmara baixa do parlamento.

No primeiro discurso parlamentar após a vitória da legenda de extrema-direita, Merz afirmou que o termo "remigração" nada mais é do que um sinônimo para expulsão baseada em origem e cor da pele.

Ao responder às interrupções da bancada da AfD, o chanceler argumentou que o afastamento de trabalhadores estrangeiros paralisaria setores essenciais do país. Merz declarou que, sem os imigrantes, hospitais, asilos, comércios e o setor de serviços técnicos perderiam a capacidade de operação.

Representantes do German Economic Institute endossaram a avaliação, apontando que a retirada de mão de obra afeta diretamente regiões que enfrentam



WIKIPÉDIA

envelhecimento populacional.

A declaração ocorreu em um ambiente de forte polarização no Parlamento. A co-líder da AfD, Alice Weidel, afirmou no mesmo debate que o eleitorado "pulverizou" a União Democra-

ta-Cristã (CDU), partido do chanceler, e declarou que a população exige uma mudança na política de imigração.

Em contrapartida, integrantes do governo acusaram a AfD de manter ligações com o Kremlin e de silenciar diante de investigações sobre atos de sabotagem e campanhas de desinformação atribuídas à Rússia em solo alemão.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, publicou em sua rede Truth Social que os eleitores alemães se cansaram de regras de imigração "horrríveis" e utilizou o termo "MGGA" (Make Germany Great Again). Como reação, o governo alemão adiou um telefonema entre Merz e Trump. O porta-voz da chancelaria, Stefan Kornelius, declarou que o adiamento não ocorreu por motivos de agenda, mas por rejeição a interferências externas na política do país.

Apesar de ter conquistado 39 das 83 cadeiras do parlamento de Saxônia-Anhalt, a AfD necessita de mais três assentos para alcançar a maioria absoluta. O candidato do partido ao governo local, Ulrich Siegmund, iniciou contatos com parlamentares de outras siglas. No entanto, as demais legendas mantêm a posição de não formar coligações com a AfD.

CASA BRANCA

Trump deu US\$ 45 mil a assessora Natalie Harp de presente de Natal

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deu US\$ 45 mil (cerca de R\$ 228,8 mil na cotação atual) em dinheiro de presente a três assessoras da Casa Branca, incluindo a assistente executiva Natalie Harp, conhecida como "impressora humana".

As informações constam em declarações financeiras divulgadas pelo governo americano no fim da semana passada. A história foi noticiada pela primeira vez na terça-feira, pelo jornal The Washington Post.

Os pagamentos de US\$ 45 mil foram registrados como "presentes para as festas de fim de ano" nos formulários anuais de declaração financeira dos funcionários. O salário anual de Natalie, Margo e Chamberlain é de

US\$ 150 mil, enquanto o de Nauta é de US\$ 175 mil, segundo o relatório de salários da Casa Branca enviado ao Congresso.

Um funcionário da Casa Branca, que conversou com a Associated Press sob condição de anonimato, disse que Trump "tem uma prática de longa data de dar presentes de Natal a pessoas de seu círculo, incluindo, às vezes, funcionários e assessores, tanto no governo quanto durante seu período no setor privado".

A fonte não informou se outros integrantes da equipe também receberam presentes semelhantes, mas acrescentou que os valores em dinheiro não estavam relacionados às "funções oficiais exercidas pelos funcionários no governo e, portanto, são totalmente permitidos pelas normas

legais e éticas aplicáveis".

Natalie está constantemente ao lado de Trump, é apontada como "a preferida" do republicano pela imprensa americana e é conhecida por carregar uma impressora portátil para imprimir reportagens favoráveis e publicações nas redes sociais para o presidente, que prefere ler informações importantes no papel em vez de em uma tela.

Margo trabalha para Trump desde sua primeira passagem pela Casa Branca. No primeiro mandato, ela começou como assistente de imprensa da Casa Branca e acompanhou o presidente até Palm Beach, na Flórida, para ajudar a administrar suas operações de comunicação após ele perder a eleição de 2020 para Joe Biden. Ela voltou à Casa

Branca com Trump após a vitória dele em 2024.

No início deste ano, Trump nomeou Chamberlain para integrar a Comissão de Belas-Artes dos EUA, responsável por supervisionar o projeto do salão de baile da Casa Branca.

Nauta, que anteriormente trabalhou como funcionário pessoal de Trump, e Carlos De Oliveira, gerente da propriedade de Mar-a-Lago, foram acusados em 2023 de conspirar com o republicano para obstruir uma investigação do Departamento Federal de Investigação (FBI, na sigla em inglês) sobre documentos sigilosos que o presidente levou consigo ao deixar a Casa Branca após seu primeiro mandato. As acusações foram retiradas em 2024.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

CRISE NO STF

Lula pede quebra completa de sigilo do caso Master

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, ontem, a “quebra completa do sigilo das investigações de todos os envolvidos no caso Master”. Lula classificou a investigação como “o maior crime financeiro da história do Brasil”. A fala do presidente ocorre em meio a uma grave crise entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo decisões relacionadas às investigações do caso Master e do ex-banqueiro Daniel Vercaro.

Em publicação nas redes sociais, Lula pediu que a medida seja tomada de forma “urgente”. “O povo brasileiro precisa de explicações e medidas imediatas para enfrentar a crise institucional que tomou conta do Poder Judiciário”, afirmou.

O presidente cobrou transparência e criticou vazamentos seletivos que impactam a disputa eleitoral. Ele argumentou que a quebra do sigilo das investigações deve ser completa, “seja quem for, doa a quem doer”. “O Brasil precisa saber a verdade”, encerra a nota.

ENTENDA A CRISE

A crise no Supremo veio à to-



TANIA REGO/ABRASIL

na com a retirada do sigilo, pelo ministro André Mendonça, de relatórios parciais da Operação Compliance Zero, da qual é relator e que tem como alvo a corrupção de agentes públicos e fraudes financeiras bilionárias supostamente praticadas por Vercaro.

No material divulgado cons-

tam 52 mensagens que os investigadores do caso dizem terem sido enviadas por Vercaro ao ministro Alexandre de Moraes. Nelas, o ex-banqueiro demonstra proximidade com o ministro e aparenta ter encaminhado a ele um contrato de R\$ 131 milhões entre o Master e o escritório de advocacia de Viviane Barci de

Moraes, esposa do ministro.

Até o momento, Moraes nega qualquer contato com o ex-banqueiro. Após divulgação do material, o ministro tornou público um “relatório de inteligência” da PF segundo o qual Mendonça que sugere direcionamento contra desafetos políticos na condução do caso Master.

AGORA VAI

Mendonça homologa delação sobre financiamento do filme Dark Horse

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou ontem a delação do doleiro Antônio Carlos Freixo Júnior no âmbito das investigações sobre repasses de dinheiro de Daniel Vercaro, dono do Banco Master, à produção da

cinebiografia Dark Horse, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Freixo Júnior, também conhecido como Mineiro, é apontado como o responsável pelos repasses de dinheiro ao fundo Havengate, nos Estados Unidos. O fundo é gerido por um advogado próximo a Eduardo Bolsonaro, ex-deputado federal, filho do

ex-presidente e que atualmente mora nos Estados Unidos.

O caso envolve também o senador Flávio Bolsonaro, candidato à presidência da República, que pediu dinheiro a Vercaro para, supostamente, financiar o filme sobre o pai. O senador vem afirmando que o dinheiro do ex-banqueiro foi destinado inte-

gralmente à produção do filme.

Eduardo Bolsonaro é condenado por coação no curso do processo, ao articular o tarifaço contra as exportações brasileiras para tentar evitar a condenação ex-presidente Jair Bolsonaro no processo da trama golpista. Ele nega ter recebido dinheiro de Vercaro.

CNIV

Comissão da Verdade Indígena será tema de audiência na Câmara

LETYCIA TREITERO KAWADA/ABRASIL

Demanda de mais de uma década dos povos originários, a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV) será pauta no Congresso Nacional, por iniciativa da ex-ministra e deputada federal Sônia Guajajara (PSOL-SP). A parlamentar organizou uma audiência pública para 17 de novembro na Câmara dos Deputados, com o objetivo de avançar na proposta.

A audiência foi aprovada por meio do Requerimento nº 86/2026 na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. O documento destaca a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) como uma das entidades que vêm reiterando a necessidade de se captar, com a formação da CNIV, mais elementos que comprovem ações de despotismo durante a ditadura militar.

Ao criar a CNIV, o objetivo é responsabilizar o Estado pelas violências que cometeu, que assumiram a forma de escravidão, estupro, envenenamentos, torturas, remoções dos indígenas de seus territórios, entre outras. Houve ainda pessoas desaparecidas e presas ilegalmente e com bens culturais destruídos.

Devem comparecer à audiência, além de lideranças indígenas, representantes do poder público, do sistema de Justiça, da sociedade civil e pes-

quisadores. Eles devem apresentar contribuições, ampliando a documentação feita pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), que é reconhecida pelo movimento indígena mas insuficiente, por conter descrições dos impactos na vida de dez povos apenas.

As populações dos Tapayuna, Parakanã, Araweté, Arara, Panará, Waimiri-atroari, Cinta-larga, Xetá, Yanomami e Xavante equivaliam, somadas, a 3,3% dos povos identificados na época. O levantamento permitiu que se chegasse a uma estimativa de 8.350 indígenas assassinados entre 1964 e 1985. A contagem oficial do Brasil relaciona 305 povos, número que aumenta com os classificados como em isolamento e é provavelmente inferior à quantidade real.

ELIMINADOS

Um dos não indígenas mais incansáveis nessa luta, o jornalista Marcelo Zelic (**foto**), que morreu em maio de 2023 em decorrência de um AVC, era integrante do Grupo de Trabalho (GT) Indígena da CNV e questionou o relatório concluído em 2014. A primeira versão tinha somente 35 páginas, quase o total de unidades federativas do Brasil. Era como se em uma página pudessem ser resumidos todos os crimes ocorridos em 21 anos de ditadura, caso dedicassem uma página por estado.

Após protestos do GT e a ma-

MAURICIO GARCIA DE SOUZA/ALESP



nifestação de descontentamento de Zelic com a qualidade do relatório, na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), o material foi substituído.

Ao questionar as autoridades sobre as versões do documento, Marcelo Zelic apresentou o texto "Comissão Nacional da Verdade e Povos Indígenas: a um passo da omissão" para expressar sua indignação com a síntese, que considerou curta demais. Ele afirma que o Estado facilitou a prática das violências e que isso fica evidente quando se descobre que muitas eram perpetradas por funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ativo de 1910 a 1967, e que foi sucedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

"Os povos indígenas foram um dos grupos sociais mais violados em seus direitos no período de apuração da CNV (1946-1988), crimes bárbaros foram

MARANHÃO

Crianças sumidas em Bacabal podem entrar em alerta da Interpol

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A mãe das crianças desaparecidas há mais de oito meses em Bacabal, no Maranhão, pediu à Polícia Federal (PF) para incluir Ágatha Isabelly, de 6 anos, e Allan Michael, de 4 anos, na Difusão Amarela da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol).

Por meio de nota, a PF informou que o pedido foi apresentado ontem pela mãe das crianças, Clarice Cardoso, e que será analisado pela instituição “que adotará os procedimentos necessários para eventual encaminhamento à Interpol”.

A Difusão Amarela é um mecanismo da Interpol - a polícia internacional que representa 196 países - destinado a auxiliar na localização de pessoas desaparecidas.

A Polícia Federal esclareceu que cabe à própria organização internacional decidir a inclusão de nomes em seus alertas.

“Após o encaminhamento pela autoridade policial competente, cabe à própria Interpol analisar as informações e decidir sobre a publicação e o compartilhamento do alerta com os países membros da organização”, explicou a PF.

FLÓRIDA

A mãe das crianças desaparecidas, Clarice Cardoso, informou à Agência Brasil que foi contactada pela Interpol para identificar se seus filhos estão no grupo de 163 crianças resgatadas em uma operação contra o tráfico de pessoas na

Flórida, nos Estados Unidos, no final de agosto.

Nas redes sociais, a advogada da família, Nathaly Moraes, informou que foi coletado sangue na Superintendência da PF em São Luís, também nesta quarta-feira, para verificar se as informações sanguíneas batem com as crianças encontradas na Flórida.

Até então, a identidade das crianças de Bacabal ainda não foi confirmada pelas autoridades dos EUA ou da Interpol. A Polícia Federal também não confirmou se as crianças maranhenses estariam entre os resgatados nos EUA.

Os dois foram vistos pela última vez em 4 de janeiro, no Quilombo São Sebastião dos Pretos, quando foram brincar em uma área de mata. Não há suspeitos de envolvidos no desaparecimento dos irmãos divulgados até o momento.

RIO DE JANEIRO

A família do menino Edson Davi Silva Almeida, que desapareceu na praia da Barra da Tijuca, na capital fluminense, em janeiro de 2024 também foi contatada pela Interpol.

A mãe do menino, Marize Araújo, afirmou em suas redes sociais que compareceu à sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro na tarde desta quarta-feira para fornecer informações sobre o filho.

Edson Davi tinha 6 anos quando desapareceu. A Polícia Civil acredita que o menino tenha se afogado no mar. Mas a família contesta a versão e sustenta que o menino foi raptado.

RELATÓRIO

Comissão sobre drogas pede fim de punitivismo contra crianças

VITOR ABDALA/ABRASIL

Um relatório divulgado ontem pela Comissão Global de Políticas sobre Drogas ressalta que crianças e adolescentes são profundamente afetados pelas políticas de combate a substâncias químicas ilícitas. De acordo com o documento, leis punitivas e abordagens de controle das drogas frequentemente expõem essas pessoas à prisão.

Além da privação da liberdade, leis punitivistas e abordagens de controle de drogas também submetem crianças e adolescentes à violência, negam-lhes acesso a medicamentos essenciais e a serviços de saúde, os separam de suas famílias, prejudicam sua educação e ainda os tratam como criminosos.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU), citados pelo relatório, mostram que, todos os anos, mais de 1 milhão de crianças e adolescentes são mantidas sob custódia policial e 410 mil são encarceradas em prisões e centros de detenção.

No Brasil, por exemplo, 27% dos cerca de 12 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em restrição ou privação de liberdade, em 2023, estavam encarcerados por tráfico de drogas.

O relatório da Comissão Global sobre Drogas destaca um aumento do percentual de encarceramento por tráfico de drogas, destacando que eram 24% em 2020.

O documento, divulgado nesta quarta-feira, foi baseado em consultas realizadas com 150 pessoas em 47 países, entre crianças e jovens, defensores dos direitos da criança, profissionais de saúde, organizações da sociedade civil, representantes de governos, autoridades das Nações Unidas e especialistas

em políticas sobre drogas.

Além da necessidade de mudança nas políticas punitivistas, a Comissão Global também pede que direitos, experiências e vozes de crianças e adolescentes sejam tornados visíveis na formulação das políticas sobre drogas.

O relatório destaca que é necessário fazer reformas urgentes em quatro áreas. A primeira delas seria substituir a privação de liberdade nos casos de uso, posse ou venda de drogas, por medidas de desjudicialização, justiça restaurativa e respostas de base comunitária.

A segunda medida seria garantir acesso equitativo a medicamentos essenciais sob controle, já que muitas crianças e adolescentes enfrentam sofrimento desnecessário devido a barreiras regulatórias e sistemas de saúde frágeis.

Há ainda, segundo o relatório, a necessidade de garantir acesso a serviços de saúde adaptados a crianças e adolescentes, que sejam baseados em evidências e capazes de prevenir danos relacionados ao uso de drogas.

A quarta proposta do relatório é que crianças e jovens recrutados ou explorados por redes de economias ilícitas de drogas devem ser reconhecidos como vítimas e não como criminosos.

“Proteger as crianças deve ser uma das responsabilidades fundamentais de governos. Mas as políticas precisam ser avaliadas pelos seus resultados, não pela retórica usada para justificá-las. Durante décadas, políticas punitivas contra as drogas foram defendidas, em parte, com base no argumento de que leis e fiscalização rigorosas são necessárias para proteger nossas crianças. Mas as evidências mostram, cada vez mais, um quadro muito mais complexo.

SEM DISCURSO

No Piauí, Lula visita obras de revitalização do VLT de Teresina

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) visitou ontem, a capital do Piauí para visitar obras e modernização do VLT de Teresina. A agenda foi curta e o presidente não fez discurso.

O ministro das Cidades, Vladimir Lima, e o governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT),

fizeram falas rápidas. Fonteles destacou os investimentos de transporte no Estado e a aliança com o governo federal.

Lula e Fonteles, que também é candidato à reeleição, vão participar de um comício ainda nesta noite em Teresina. É previsto que o presidente faça um discurso em tom de campanha na capital piauiense.

FEMINICÍDIO

Após matar médica, ex-marido passou horas no apartamento

ADRIANA VICTORINO/AE

João Vitor Domingues Romeiro, de 25 anos, que matou a médica Gassi Paola de Souza Mazia, de 37 anos, em Maringá, no Paraná, passou horas com o corpo da companheira no apartamento enquanto tentava colocar o filho, um bebê de 8 meses, para dormir no local.

Segundo o boletim de ocorrência, o irmão da vítima recebeu uma ligação da mãe de Romeiro afirmando que o filho havia chegado em casa ensanguentado. Após o aviso, ele foi até o apartamento da irmã, ouviu o sobrinho chorando sem parar e arrombou a porta que estava trancada.

No local, ele encontrou a irmã caída com ferimentos de faca. A morte foi constatada no local pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). A perícia encontrou três facas ao lado do corpo.

Após o crime, Romeiro ligou para uma prima afirmando que "havia feito uma besteira" e "matado a ex-companheira enforcada no apartamento". O boletim de ocorrência informa que a Polícia Militar foi acionada para prestar apoio ao atendimento médico do agressor, que apresentava ferimentos graves no pescoço e no tórax. No local, testemunhas relataram que ele havia confessado o crime.

"Briguei com Gassi e matei ela", contou Romeiro às primas. Segundo o depoimento do policial que atendeu a ocorrência, os familiares se desesperaram e perguntaram pelo bebê. Romeiro então contou que havia feito o filho dormir e deixado no apartamento com o corpo.

O Ministério Público do Paraná pediu a conversão da prisão em flagrante para preventiva alegando que a "gravidade concreta do crime transborda os limites da barbárie

ordinária".

"De acordo com o apurado restou preliminarmente identificado que o autuado, por não aceitar o término do relacionamento com sua ex-companheira invadiu o apartamento desta e a executou covardemente", disse o MP em parecer. "Mais do que o ato em si, a frieza e a crueldade demonstradas na execução do crime chocam e justificam a prisão preventiva", acrescentou.

O Tribunal de Justiça do Paraná acatou o pedido e converteu a prisão e Romeiro.

GOLPES DE FACA

O apartamento onde a médica foi encontrada morta apresentava marcas de sangue em diferentes cômodos e facas sujas de sangue, segundo o delegado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). A Delegacia de Homicídios de Maringá.

Em vídeo de depoimento à imprensa publicado nas redes sociais do delegado no último domingo, ele classificou o local como "um cenário de terror" e afirmou que a vítima teria sido atingida por ao menos dez golpes de arma branca.

O caso é investigado como feminicídio. Gassi trabalhava como médica na Unidade Básica de Saúde (UBS) Nova Aliança, em Sarandi, cidade vizinha a Maringá.

‘MÉDICA MARAVILHOSA’

Em nota de pesar, a prefeitura afirmou que ela dedicou seu conhecimento, a experiência e o compromisso profissional ao cuidado com a população.

Nos comentários, pessoas que tiveram contato com Gassi durante sua atuação profissional demonstraram solidariedade e prestaram homenagens. "Doutora sempre atenciosa", escreveu uma pessoa. "Uma médica e pessoa maravilhosa", comentou outra.

2026

Indeferimentos e renúncias tiram candidatos das eleições

LUCAS ALLABI/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já indeferiu 474 candidaturas nas eleições de 2026. A resposta negativa significa que faltou algum documento, requisito ou fundamento legal para o direito de participar na eleição.

O partido Democracia Cristã (DC) foi o que mais teve candidaturas indeferidas, chegando a 64 ou 13,5% do total de indeferimentos. Ele é seguido pelo Democrata, com 46 ou 9,7% do total, e o Mobiliza, com 43 ou 9,07%.

Os partidos com o menor

número de candidatos indeferidos são o PCdoB, com apenas um, o Cidadania com dois, e o Progressistas com três.

A maior parte dos indeferimentos foi para candidatos que pretendiam disputar o cargo de Deputado Estadual, somando 218. Em seguida, foram indeferidas 187 candidaturas para Deputado Federal.

Dez candidatos a governos estaduais foram indeferidos. Nessa categoria, o PCO foi o partido com o maior número, com as candidaturas de Henrique Áreas, em Minas Gerais, Clébio Genuíno, em Roraima, e Izadora Dias, em São Paulo.

CRISE SEM FIM

Lavajatista, Fachin alivia Mendonça e penaliza Moraes

CAROLINA BRÍGIDO/AE

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) receberam com alívio as decisões tomadas por Edson Fachin. Havia na Corte apreensão para que o presidente tomasse as rédeas da crise, na tentativa de solucionar o impasse criado por diferentes decisões individuais. Na avaliação de um ministro, as medidas adotadas ontem, "amenizam" a guerra interna no tribunal - mas a confusão ainda estaria longe de ser solucionada.

Fachin pautou para a próxima terça-feira, o julgamento do pedido de André Mendonça para abertura de investigação contra Alexandre de Moraes. O caso veio à tona após o Estadão revelar mensagens trocadas entre o ministro e o banqueiro Daniel Vercaro. A expectativa é que a sessão seja palco de bate-boca entre os ministros.

As decisões de Fachin agradaram mais a ala ligada a Mendonça do que o grupo de Moraes. Além de agendar o julgamento do pedido contra Moraes, Fachin retirou dele a relatoria do inquérito das fake news. A investigação foi aberta em 2019 e vinha servindo de escudo para o que o ministros consideram como ataques sofridos por eles e pelo STF desde então.

ATITUDE

Fachin tira Moraes da relatoria do inquérito das fake news

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, retirou o ministro Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito das fake news. A decisão foi publicada ontem e ficaram preservadas todas as decisões tomadas por Moraes no processo até a data de hoje.

O inquérito foi aberto pela Corte em março de 2019 e conti-



ROVENA ROSA/ABRASIL

nua Fachin pediu que a Procuradoria-Geral da República (PGR) decida quais frentes investigatórias serão alvo de denúncia e quais serão arquivadas. Em seguida, o presidente pretende encerrar o inquérito, o que representa perda de poderes de Moraes dentro do tribunal.

Por outro lado, Fachin revogou a decisão de Mendonça que afastou Andrei Rodrigues da diretoria da Polícia Federal. Tam-

bém revogou a liminar de Flávio Dino que restituía a ele o cargo. Agora, caberá ao presidente tomar uma decisão.

A derrota de Mendonça foi apenas a revogação da decisão sobre Rodrigues. Fachin cogitou retirar da relatoria do ministro os inquéritos sobre o INSS e o Banco Master, mas não levou o plano adiante - o que representa vitória de Mendonça na contabilidade geral das medidas adotadas.

Para dar um ar salomônico às decisões, Fachin suspendeu o andamento de todas as investigações sobre ministros do tribunal - ou seja, a que mira Mendonça e a que mira Moraes. O caso contra Moraes será decidido em plenário na próxima semana. A apuração contra Mendonça ainda não teve encaminhamento, mas o presidente prometeu dar celeridade à tramitação.

na em andamento. Na época, o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, defendeu a medida como forma de combater a veiculação de notícias que atingiam a honorabilidade e a segurança do STF, de seus membros e parentes. O ministro também nomeou Moraes como relator.

A decisão de Fachin ocorre durante uma crise protagonizada por Moraes e o ministro An-

dré Mendonça. Na semana passada, Moraes incluiu acusações contra Mendonça no âmbito do inquérito das Fake News. O relatório dizia que Mendonça teria, em tese, praticado uma série de condutas tipificadas como improbidade administrativa, abuso de autoridade e favorecimento a determinados grupos políticos.

Dias antes, Mendonça havia retirado o sigilo de um relatório da PF que trazia mensagens en-

viadas pelo banqueiro Daniel Vercaro a Moraes. Vercaro é alvo central da Operação Compliance Zero, que trata da suspeita de fraudes financeiras bilionárias no Master, e está preso atualmente.

Nesta quarta, Fachin determinou a retirada da investigação contra Mendonça do inquérito das fake news. Todo seu conteúdo foi remetido ao próprio presidente da Corte.

EXPLICAÇÕES

Fachin dá 48h para Andrei se manifestar; após prazo, permanência na PF será revista

LAVÍNIA KAUCZ E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, deu prazo de 48h para o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, se manifestar sobre os relatórios de inteligência atribuídos à PF e o suposto monitoramento ilegal do ministro André Mendonça. Após esse prazo, Fachin vai analisar sua permanência no cargo.

Fachin atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu a decisão do ministro André Mendonça que havia afastado Rodrigues do

cargo. Em outro processo, o presidente da Corte também revogou a liminar do ministro Flávio Dino que havia suspendido a decisão de Mendonça. Fachin decidiu suspender as liminares após os ministros proferirem decisões conflitantes, e manteve Rodrigues no cargo até nova análise.

O ministro destacou que é atribuição da Presidência "zelar para que o desempenho das funções jurisdicionais por todos os Ministros seja realizado sem perturbações indevidas". "É grave o quadro em que decisões de Ministros passam a ser desafiadas horizontalmente, mor-

mente quando pendentes, tanto o julgamento em curso no âmbito da Segunda Turma deste Tribunal, quanto o pedido de suspensão de liminar que se encontra sob apreciação desta Presidência".

O presidente do STF afirmou que sua decisão foi adotada "a título de saneamento amplo de feitos em tramitação", após o conflito aberto de decisões dos ministros André Mendonça e Flávio Dino. Ele também ressaltou que os temas tratados nas decisões de Mendonça e Dino já estão sob sua análise, "sendo a Presidência - e apenas ela - a autoridade competente para tanto".

Mendonça decidiu afastar, na manhã de terça-feira, Andrei Rodrigues do cargo de diretor-geral da Polícia Federal. Leandro Almada também foi afastado do cargo de diretor de Inteligência Policial por decisão de Mendonça. Cerca de 24 horas depois, na manhã de ontem, Flávio Dino, em outra ação em tramitação no Supremo, reverteu o quadro e retomou os cargos de Andrei e Almada.

Após a decisão de Dino, dado o clima de conflagração na Corte, o presidente do STF, Edson Fachin, cancelou a sessão do plenário do Supremo prevista para a tarde de ontem.

Nota

MÉDICO ESCALA PRÉDIO, INVADE APARTAMENTO DE EX PELA JANELA E É PRESO NO INTERIOR DE SP

O médico Diogo Pereira Borges, de 33 anos, escalou seis andares do edifício da ex-namorada, uma estudante de medicina de 24 anos, no bairro Vila Universitária, em Bauru, no interior de São Paulo, e invadiu o imóvel pela janela enquanto ela dormia. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, ele estava armado e foi preso em flagrante por violação de domicílio na manhã de terça-feira. Borges passou por audiência de custódia ontem, e a prisão em flagrante foi convertida em preventiva. Ainda de acordo com a polícia, o médico teria pulado o muro do condomínio e escalado pela área de serviço, onde são instaladas

as condensadoras de ar-condicionado. Policiais militares foram acionados para atender a uma ocorrência de violência doméstica com disparo de arma de fogo em um apartamento. No local, encontraram Diogo ferido ao lado da ex-namorada. "Ele teria invadido o imóvel e disparado contra si mesmo após uma discussão", disse a SSP em nota. A arma, que teria sido arremessada pela janela, foi localizada e apreendida pelos policiais, informou a SSP-SP. Diogo foi socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Pronto-Socorro Central, onde permaneceu internado sob escolta. A SSP-SP informou que a perícia foi acionada, e o caso registrado como violação de domicílio, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e tentativa de suicídio na Delegacia de Defesa da Mulher de Bauru.

CLIMA

Rio recebe base da Força do SUS para enfrentar El Niño

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

Para reforçar o atendimento em saúde durante emergências sanitárias e desastres causados por mudanças climáticas, como ondas de calor e enchentes, o Ministério da Saúde instalou ontem, uma base na cidade do Rio de Janeiro. A unidade tem capacidade de cobrir estados e municípios da Região Sudeste do país. Vinculada à Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS), a base contará com equipamentos de comunicação via satélite, drones, veículos e suporte para deslocamento de equipes, além de um posto médico avançado, instalados na sede da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na Glória, zona sul. Nas emergências, a capacidade de atendimento pode ser ampliada, com adesão de equipes e voluntários, junto com estados e municípios.

A intenção do ministério é reduzir o tempo de resposta em emergências e articular ações entre o poder público, principalmente, diante do El Niño. O fenômeno climático que se aproxima deve provocar temporais, chuvas intensas e ondas de calor no Sudeste, já foram confirmados em projeções para 2026. Em outras regiões, a expectativa é de seca, incêndios e inundações, que podem sobrecarregar uma resposta de saúde local. "Agora, com a base do Rio de Janeiro, conseguimos chegar em até 12 horas em qualquer localidade da Região Sudeste", explicou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em nota enviada à imprensa, durante a inauguração da base. A unidade da Força Nacional do SUS, no Rio, é a terceira do tipo em todo o país. Duas já funcionam em Porto Alegre (RS) e Salvador (BA). Até o fim do ano,

a intenção do ministério é inaugurar mais seis pontos em diferentes regiões do país. As unidades funcionam integradas ao Centros de Informação em Saúde e Clima (Cisc), que coletam e reúnem dados sobre meio ambiente, clima e demografia, com a intenção de antecipar e planejar o trabalho de vigilância em saúde, prevenção de doenças e respostas na área de saúde, diante dos graves impactos de eventos extremos. O Brasil contabiliza a morte de 120 mil pessoas, em 20 anos, por inação em ondas de calor, segundo pesquisa da Fiocruz, divulgada em junho. As principais vítimas são idosos, mulheres e crianças. Ao divulgar os resultados da pesquisa, a Fiocruz recomendou a ativação pelo SUS, de sistemas de monitoramento e de alerta antecipados, que oferecessem orientação e atendimento à população.

A medida foi reforçada, logo depois, em nota técnica da Fiocruz sobre a chegada do El Niño. "Enchentes, secas e queimadas produzem tanto efeitos imediatos quanto prolongados, desorganizam serviços, deslocam populações, ampliam exposição a agentes infecciosos e ambientais, interrompem tratamentos e agravam o sofrimento mental", diz a nota técnica. A resposta deve incluir agenda preventiva do SUS, da Defesa Civil, dos serviços de saneamento e de assistência social, segundo o texto. A instalação da base atende a recomendações de pesquisa sobre a vulnerabilidade de cidades a ondas de calor, da Universidade de Oxford, no Reino Unido. No Brasil, 11 dos 15 municípios com mais de 1 milhão de habitantes foram considerados vulneráveis ao problema. Goiânia e Manaus lideram o ranking, mas o Rio de Janeiro também está na lista.

CORREIOS

PF mira grupo suspeito de desviar encomendas postais

VITOR ABDALA/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) cumpre três mandados de prisão preventiva ontem, contra suspeitos de furtar encomendas enviadas pelos correios, por meio do uso de documentos falsificados. Também estão sendo cumpridos oito mandados de busca e apreensão.

Os policiais cumpriram os mandados na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro e no município de São Vicente, em São Paulo. As investigações começaram em 2024, depois que uma mulher foi presa em flagrante enquanto retirava uma encomenda postal usando documentos falsos da verdadeira

destinatária. Segundo a PF, o esquema é parte de uma estrutura criminosa que monitora objetos de alto valor econômico, confecciona os documentos falsos e faz retiradas fraudulentas em diversas unidades dos Correios, nos estados do Rio e de São Paulo. Pelo menos 24 ações criminosas foram monitoradas pela

PF, entre elas retiradas tentadas e consumadas, desses objetos postais. Os investigados poderão responder pelos crimes de furto qualificado mediante fraude e organização criminosa, sem prejuízo da apuração de outros delitos eventualmente identificados no decorrer das diligências.

VALENÇA

PF faz ação contra apologia ao nazismo no interior do RJ

VITOR ABDALA/ABRASIL

Policiais federais fizeram, ontem, uma ação contra suspeitos da prática do crime de apologia ao nazismo, em Valença, no sul do estado do Rio de Janeiro. Foram expedidos dois man-

dados de busca e apreensão pela Justiça Federal. Segundo a Polícia Federal (PF), a investigação começou a partir da análise de um perfil na rede social X (antigo Twitter), que publicava reiteradamente conteúdos de caráter nazista.

Durante as buscas, foram apreendidos um computador e um celular que serão submetidos à perícia técnica criminal. A PF ressalta que a divulgação de conteúdo de apologia ao nazismo é conduta pre-

vista na Lei nº 7.716/1989 (Lei que define os crimes resultantes de preconceito de cor e raça). As penas variam de dois a cinco anos de prisão se a internet for usada para este tipo de conteúdo.

BARREIRAS

Autismo: médica lista estratégias que ajudam no atendimento a crianças

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Hipersensibilidade sensorial, intolerância à quebra de rotina, baixa adesão ao tratamento domiciliar, incluindo rejeição severa ao uso de óculos e tampão de olho. Essas são algumas barreiras no atendimento oftalmológico associadas ao atendimento de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). A oftalmologista Raíra Fortuna destaca que cerca de 40% das crianças com TEA apresentam transtornos de ansiedade associados ao quadro, enquanto menos de 4% dos médicos especialistas relatam ter recebido algum tipo de capacitação para atender pacientes no espectro. Para Raíra, boa parte do que seria popularmente considerado mau comportamento durante o atendimento oftalmológico de crianças com TEA, na realidade, reflete confusão ou sobre-

carga, não necessariamente oposição. "É a manifestação do autismo em um ambiente pouco adaptado", diz. A consequência direta é a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de completar o exame oftalmológico, essencial para manter a saúde ocular da criança em dia. Estudos mostram, por exemplo, que a prevalência de estrabismo em crianças com TEA gira em torno de 41% contra 3% em crianças com desenvolvimento típico. Por isso, segundo a especialista, vale a pena se esforçar para atender melhor crianças que estão no espectro. Durante o 70º Congresso Brasileiro de Oftalmologia (CBO 2026), que acontece até sábado (12), em Salvador, ela citou o caminho para uma consulta oftalmológica mais tranquila e eficaz, no caso de crianças com TEA:

- preparação: a consulta começa antes da chegada do paciente, com agendamento inteligente (melhor horário do dia para garantir menos tempo de espera e ambiente mais tranquilo), questionário pré-consulta (coletar dados sobre perfil sensorial, nível de comunicação e interesses e gatilhos conceitos da criança) e fornecer previsibilidade (enviar aos pais vídeos curtos mostrando o consultório e os equipamentos).
- adaptação: a proposta é reduzir a sobrecarga sensorial, oferecendo, por exemplo, uma sala de espera mais calma ou a opção de aguardar fora da sala; minimizando sons desnecessários e permitindo o uso de fones de ouvido; reduzindo a intensidade das luzes e evitando o uso de luzes fluorescentes; e permitindo que a criança traga objetos de conforto (brinquedos sensoriais ou

- objetos familiares).
- execução: com frases curtas e objetivas, explicar o que vai ser feito; mostrar à criança os equipamentos a serem utilizados; garantir tempo de processamento das informações pelo paciente; começar por exames que demandam maior concentração; oferecer escolhas à criança (qual olho testar primeiro, por exemplo); permitir intervalos entre os procedimentos; e avisar antes de tocar a criança, evitando contato físico inesperado. "Quando o exame não funciona, talvez o problema esteja nas formas como estamos examinando", avalia a médica, reforçando que toda a equipe do consultório deve ser capacitada para atender pacientes com TEA. Ela ressalta ainda que preparar o ambiente, os materiais e as estratégias são investimentos que valem a pena.

CBO

Brasil tem quase 38 mil pessoas à espera de transplante de córnea

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Atualmente, 37.719 pessoas aguardam na fila para transplantes de córnea em todo o país. Em dezembro de 2025, eram 32.639 pacientes - um aumento de 15% em apenas seis meses. Os números são do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO). Apesar da alta demanda, a entidade destaca que nunca foram realizados tantos procedimentos desse tipo no Brasil. No ano passado, foram 17.790 cirurgias que ajudaram a recuperar a visão, um marco classificado pelo conselho como histórico.

"No entanto, o sistema nacional enfrenta um paradoxo: mesmo operando próximo à autossuficiência teórica para o fluxo anual, a lista de espera ativa continua se expandindo devido ao ritmo rápido de novas indicações médicas", alertou a entidade. Como consequência do passivo acumulado ao longo dos anos, uma pessoa que aguarda por um transplante de córnea no Brasil leva, em média, 370 dias para realizar a cirurgia - tempo mais que duas vezes superior ao registrado há 10 anos, quando a demora era de 174 dias.

DESAFIOS

Para o CBO, o cenário tem origem em múltiplos fatores, incluindo a falta de reajustes nos valores pagos pelos procedimentos e o impacto da pandemia de Covid-19, que causou uma espécie de represamento de pacientes, sobretudo no período de 2020 a 2023. Os especialistas apontam ainda a necessidade de contornar o problema de manutenção enfrentado por bancos de olhos em todo o país frente aos custos dos insumos, cotados em dólar. Outro ponto identificado é o incremento de exigências nas fases de produção e processamento da córnea, como a necessidade de gestão de qualidade. "Essas causas alinhadas geram uma fatura que não fecha para o banco de olhos, que recebe a mesma coisa que há uma década, quando não existiam tantos requerimentos na legislação", reforçou o conselho.

ESTADOS

Consolidado como o maior exemplo de agilidade no país, o Ceará realizou 1.371 transplantes em 2025. Embora tenha registrado 1.639 novos ingressos ao longo do ano, a alta rotatividade do sistema permitiu que o estado encerrasse dezembro com apenas 93 pacientes ativos na lista de espera. O Mato Grosso também se destaca pela gestão da fila, com apenas 37 pacientes a espera do transplante. No extremo oposto, o Rio de Janeiro realizou apenas 653 transplantes em 2025, enquanto recebeu 1.720 novos ingressos na fila no mesmo

período. Esse desequilíbrio fez com que a lista acumulada fluminense fechasse dezembro de 2025 com 4.760 pessoas ativas. Outros estados populosos também registram filas expressivas, como São Paulo, que concentra a maior fila absoluta, com 7.505 pacientes ativos em dezembro, e Minas Gerais, com 4.532 ativos. Ambos, entretanto, mantêm uma relação fila/transplante mais equilibrada em comparação ao caso fluminense. Os estados do Amapá e de Roraima não registraram a realização de nenhum transplante de córnea em 2025.

BOA AVALIAÇÃO

Apesar dos volumes, especialistas do CBO ressaltam que o Brasil, em termos gerais, permanece bem avaliado em nível internacional, com um desempenho compatível com Canadá, Austrália e alguns países da Europa. Na América Latina, o Brasil aparece como grande destaque, bem à frente de Argentina, Chile, Colômbia e México.

PERFIL DOS PACIENTES

Dentre os candidatos à espera para fazer um transplante de córnea, as mulheres são maioria (56% dos pacientes). No que se refere à idade, pessoas com 65 anos ou mais representam quase metade da fila (47%), reflexo, segundo o CBO, do envelhecimento da população e do aumento das doenças degenerativas da córnea. Um dos pontos que chama atenção, de acordo com o conselho, é a fila infantojuvenil - atualmente, o Brasil registra um acumulado de 753 crianças e adolescentes ativos na lista de espera para transplante de córnea, em comparação a 616 pacientes registrados em dezembro de 2025.

HISTÓRICO

Os dados indicam que 2020 foi um ano decisivo para a formação do cenário atual, por conta das medidas sanitárias que suspenderam cirurgias eletivas, entre elas os transplantes de córnea, para manter liberados leitos para atender os casos de covid-19. Naquele ano, foram realizados 7.349 transplantes de córnea, pouco menos do que a metade produzida no ano anterior (14.942). Apesar do impacto inicial da pandemia, o total de transplantes de córnea saltou para 12.869 em 2021, escalando para 14.082 em 2022, para 16.028 em 2023, para 17.108 em 2024 e finalmente alcançando o patamar recorde de 17.790 cirurgias em 2025.

CONGRESSO

O panorama de transplantes de córnea no Brasil está entre os temas debatidos ao longo do 70º Congresso Brasileiro de Oftalmologia (CBO 2026), que acontece até o próximo sábado (12) em Salvador.

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278
(11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

AMCHAM

Exportações brasileiras aos EUA sobem 12,1% em agosto

ARÍCIA MARTINS/AE

Em agosto, as exportações brasileiras aos Estados Unidos cresceram 12,1% em valor na comparação com o mesmo mês de 2025, segundo o Monitor do Comércio Brasil-EUA, elaborado pela Amcham Brasil com base em dados do Comexstat. O avanço, porém, foi acompanhado por queda de 17,3% na quantidade exportada, que atingiu o menor nível para um mês de agosto desde 2021.

"O crescimento em valor foi sustentado pelo aumento dos preços médios, embora produtos como carne bovina, semimanufaturados de ferro ou aço, aeronaves e café também tenham registrado altas relevantes

em quantidade", aponta a Câmara de Comércio norte-americana em nota.

A entidade destaca que o desempenho mensal já foi impactado pelas tarifas adicionais de 40% e 50%, impostas pelos EUA a partir de agosto do ano passado. Apesar do crescimento do valor dos embarques em igual mês deste ano, os produtos atualmente sujeitos às sobretaxas mais elevadas, de 25% a 37,5%, registraram queda de 10,5%, observa a Amcham.

No acumulado de janeiro a agosto, as vendas do Brasil com destino ao mercado norte-americano somaram US\$ 24,1 bilhões, o que representa tombo de 9,7% frente a igual período de 2025.

"O comércio bilateral perma-

nece em trajetória de retração em 2026, com queda tanto das exportações quanto das importações. Brasil e Estados Unidos comercializaram cerca de US\$ 5,2 bilhões a menos no ano, com perdas para ambas as economias. Esse quadro reforça a importância de buscar soluções que reduzam barreiras e contribuam para fortalecer o comércio bilateral", afirma Abrão Neto, presidente da Amcham Brasil.

GRANDES SETORES

O Monitor da Amcham Brasil mostra que a retração das vendas brasileiras aos Estados Unidos no acumulado do ano alcança os três grandes setores da economia, em contraste com o desempenho das exportações brasilei-

ras para os demais mercados.

De janeiro a agosto, as exportações da indústria de transformação aos EUA caíram 4,9%, enquanto as vendas do setor para o restante do mundo subiram 6,6%. Na indústria extrativa, as vendas ao mercado norte-americano recuaram 28,9%, enquanto avançaram 19,6% para os demais mercados. Por fim, na agropecuária, os embarques para os EUA caíram 26,7%, enquanto cresceram 9,5% para o restante do mundo.

Entre os dez principais produtos exportados aos Estados Unidos no acumulado do ano, seis registraram queda, com destaque para petróleo bruto (-31,5%); semimanufaturados de ferro ou aço (-4,3%); ferro-gusa (-8,1%) e celulose (-1,9%).

PATRIMONIAL MARAGATO S/A
CNPJ 07.049.736/0001-01

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação: Convidamos os Senhores Acionistas da Patrimonial Maragato S.A., a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se na sede social, na Cidade do Rio de Janeiro, à Estrada da Gávea nº 127, no dia 18 de setembro de 2026, às 11:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) aprovar a extinção do Conselho de Administração; 2) aprovar a modificação da composição da Diretoria, passando a companhia a ser administrada por um único Diretor; 3) aprovar o novo estatuto social da companhia. Rio de Janeiro 03 de setembro de 2026. Luis Octávio Azeredo Lopes Índio da Costa – Diretor.

XX DE NOVEMBRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 03.538.833/0001-07 - NIRE: 33.3.0026379-9
COMPANHIA ABERTA
FATO RELEVANTE

XX DE NOVEMBRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 56 da Resolução CVM nº 80/2022, comunica ao mercado o cancelamento do registro de companhia aberta, categoria B, deferido pela Superintendência de Relações com Empresas (Processo 19957.014894/2026-91), conforme o Ofício nº 259/2026/CVM/SEP/GEA-1.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2026
Itamar Benigno Filho
Diretor de Relações com Investidores

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**



GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DO RIO DE JANEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico ADRJA nº 94/2026 - Alterado
Processo 296990. Abertura: 24/9/2026, às 9h30. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de engenharia para instalação de sistema de proteção contra incêndios com utilização do gás FM-200 em Edifício do Banco Central do Brasil no Rio de Janeiro (RJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Obtenção do Edital: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/licitacoes>. Informações: comlicit.adrja@bcb.gov.br.
Leticia Martins Assreuy Vialle
Pregoeira

VALE FORMOSO PROPRIEDADES AGRÍCOLAS LTDA.
CNPJ/MF 62.784.108/0001-70 - NIRE 33.2.1427117-7

DELIBERAÇÃO DA SOCIEDADE REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 09 de setembro de 2026, às 10 horas, na sede social da Sociedade, situada na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 9º andar (parte), Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20020-010. **2. PRESENÇA:** Presente o único sócio da Sociedade, titular da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social, **VALE FORMOSO AGROPECUÁRIA S.A.**, sociedade por ações fechada, com sede na Avenida Araguaia, s/n, Sala 2, Galpão 5, Quadra 13, Lotes 1 ao 15, Bairro Jardim Ariane, cidade de Redenção, Estado do Pará, CEP 68554-535, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.362.985/0001-87, devidamente representada por seus representantes legais Cristiano Soares Rodrigues, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 116551748, expedido pelo IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 090.919.117-43 e Marcelo Lambrecht, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 3062405431 (SSP/DI/RS), e inscrito no CPF/MF sob o nº 722.345.120-34, ambos com endereço comercial na Avenida Araguaia, s/n, Sala 2, Galpão 5, Quadra 13, Lotes 1 ao 15, Bairro Jardim Ariane, cidade de Redenção, Estado do Pará, CEP 68554-535. **3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença do único sócio da Sociedade, titular da totalidade do capital social, nos termos do art. 1.072, § 5º, do Código Civil. **4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Cristiano Soares Rodrigues. Secretária: Juliana Perez Alonso Corrêa. **5. ORDEM DO DIA:** (i) exame e deliberação sobre a não integralização, do bem imóvel conferido ao capital social em razão do aumento de capital deliberado em 23 de setembro de 2025, mediante conferência de bem imóvel; e (ii) deliberação sobre a consequente redução do capital social, com o cancelamento da parcela não integralizada, nos termos dos arts. 1.082, II, e 1.084 do Código Civil. **6. DELIBERAÇÕES: I. Histórico.** A Sociedade registra que, por meio da 1ª Alteração do Contrato Social, datada de 23 de setembro de 2025 e devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00007239290, em 07 de outubro de 2025, foi deliberado o aumento do capital social da Sociedade de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para R\$ 3.010.132,00 (três milhões, dez mil, cento e trinta e dois reais), mediante a emissão de 3.009.132 (três milhões, nove mil, cento e trinta e duas) novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas pelo único sócio mediante conferência ao capital social do seguinte bem imóvel: Matrícula nº 24.603, Livro 2 – Registro Geral, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Redenção - PA, descrita como imóvel rural, denominado Fazenda Vale Formoso, situada no município de Cumaru do Norte - PA, com a área de 22.006.6404 ha (vinte e dois mil e seis hectares, sessenta e quatro ares e quatro centiares), cujos limites e confrontações seguem a descrição de coordenadas, vértices, azimutes e distâncias delimitados conforme o Sistema de Gestão de Fundiária (SIGEF/INCRA) e constante no cabeçalho da abertura da referida matrícula ("Fazenda Vale Formoso"), avaliado em R\$ 3.009.132,00 (três milhões, nove mil, cento e trinta e dois reais). **II. Constatação da não integralização.** Não obstante a integralização das quotas mediante conferência do imóvel ter sido declarada na 1ª Alteração do Contrato Social acima referida, a Sociedade constata e reconhece que não foi possível a efetiva transferência do referido imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, de modo que a transferência da propriedade imobiliária para a Sociedade não se aperfeiçoou, permanecendo o imóvel na titularidade de seu proprietário registral (a própria sócia, Vale Formoso Agropecuária S.A.) e não tendo passado a integrar o patrimônio imobiliário da Sociedade. **III. Decisão de não prosseguir com a integralização.** Diante do exposto, a Sociedade decide não dar seguimento à integralização do referido imóvel e, considerando que, em razão dessa decisão, o capital social subscrito se mostra excessivo em relação ao objeto da Sociedade, delibera regularizar a situação do capital social mediante a dispensa da integralização das quotas subscritas e ainda não integralizadas e a correspondente redução do capital social, nos termos dos arts. 1.082, II, e 1.084 do Código Civil. **IV. Redução do capital social.** Em razão do quanto deliberado acima e tendo sido reconhecido que o capital social se mostra excessivo em relação ao objeto da Sociedade, a Sociedade, com fundamento nos arts. 1.082, II, e 1.084 do Código Civil, delibera **dispensar a integralização das 3.009.132 (três milhões, nove mil, cento e trinta e duas) quotas anteriormente subscritas e ainda não integralizadas**, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, e, consequentemente, reduzir o capital social de R\$ 3.010.132,00 (três milhões, dez mil, cento e trinta e dois reais) para R\$ 1.000,00 (um mil reais), mediante o cancelamento das referidas quotas. **V. Cancelamento de quotas.** Em consequência da redução acima, ficam canceladas as 3.009.132 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, que haviam sido subscritas e não integralizadas, passando o capital social, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a ser dividido em 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, todas de titularidade do sócio único Vale Formoso Agropecuária S.A. **VI. Publicação da presente deliberação.** Fica autorizada a publicação da presente deliberação, nos termos do art. 1.084, § 1º, do Código Civil, para que, no prazo de 90 (noventa) dias contado da publicação, os credores quirografários por título líquido anterior à data da publicação possam opor-se à redução, na forma da lei. **VII. Efeitos e arquivamento.** A presente redução de capital somente produzirá efeitos, e a correspondente alteração contratual somente será levada a arquivamento definitivo na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias mencionado no item VI acima, sem que tenha havido oposição de credores, ou após solucionadas eventuais oposições apresentadas, nos termos do art. 1.084, §§ 1º e 2º, do Código Civil. **VIII. Alteração contratual e arquivamento.** Transcorrido o prazo legal de 90 (noventa) dias contado da publicação da presente deliberação, sem oposição de credores quirografários, ou, havendo oposição, após comprovado o pagamento do crédito ou o depósito judicial do respectivo valor, será formalizada a correspondente alteração do Contrato Social da Sociedade, de modo a refletir a redução do capital social ora aprovada, e promovido o arquivamento dos atos pertinentes perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA. **IX. Registro do imóvel.** Fica consignado que, uma vez que a conferência do imóvel descrito no item I acima ao capital social da Sociedade não chegou a se aperfeiçoar, o referido imóvel não passou a integrar o patrimônio da Sociedade, inexistindo transferência de sua titularidade para a Sociedade em decorrência do aumento de capital acima referido. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, a Sociedade encerra os trabalhos, sendo lavrada, lida e assinada a presente ata, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2026.
Sócia: **VALE FORMOSO AGROPECUÁRIA S.A.**
Representado por: Cristiano Soares Rodrigues
Sócia: **VALE FORMOSO AGROPECUÁRIA S.A.**
Representado por: Marcelo Lambrecht

VALE DO JAGUARI PROPRIEDADES AGRÍCOLAS LTDA.
CNPJ/MF 62.784.282/0001-12 - NIRE 33.2.1427120-7

DELIBERAÇÃO DA SOCIEDADE REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 09 de setembro de 2026, às 10h, na sede social da Sociedade, situada na Rua Visconde de Pirajá, nº 351, 14º andar (parte), Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22410-906. **2. PRESENÇA:** Presente o único sócio da Sociedade, titular da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social, **VALE FORMOSO AGROPECUÁRIA S.A.**, sociedade por ações fechada, com sede na Avenida Araguaia, s/n, Sala 2, Galpão 5, Quadra 13, Lotes 1 ao 15, Bairro Jardim Ariane, cidade de Redenção, Estado do Pará, CEP 68554-535, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.362.985/0001-87, devidamente representada por seus representantes legais Cristiano Soares Rodrigues, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 116551748, expedido pelo IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 090.919.117-43 e Marcelo Lambrecht, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade nº 3062405431 (SSP/DI/RS), e inscrito no CPF/MF sob o nº 722.345.120-34, ambos com endereço comercial na Avenida Araguaia, s/n, Sala 2, Galpão 5, Quadra 13, Lotes 1 ao 15, Bairro Jardim Ariane, cidade de Redenção, Estado do Pará, CEP 68554-535. **3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença do único sócio da Sociedade, titular da totalidade do capital social, nos termos do art. 1.072, § 5º, do Código Civil. **4. ORDEM DO DIA:** (i) exame e deliberação sobre a não integralização, do bem imóvel conferido ao capital social em razão do aumento de capital deliberado em 23 de setembro de 2025, mediante conferência de bem imóvel; e (ii) deliberação sobre a consequente redução do capital social, com o cancelamento da parcela não integralizada, nos termos dos arts. 1.082, II, e 1.084 do Código Civil. **5. DELIBERAÇÕES: I. Histórico.** A Sociedade registra que, por meio da 1ª Alteração do Contrato Social, datada de 23 de setembro de 2025 e devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00007240974 em 07 de outubro de 2025, foi deliberado o aumento do capital social da Sociedade de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para R\$ 8.493.766,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e seis reais), mediante a emissão de 8.492.766 (oito milhões, quatrocentos e noventa e duas mil, setecentas e sessenta e seis) novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, subscritas pelo único sócio mediante conferência ao capital social dos seguintes bens imóveis: (i) Matrícula nº 30.626, Livro 2 – Registro Geral, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Redenção - PA, descrita como imóvel rural, denominado Fazenda Jaguan, situada no município de Cumaru do Norte - PA, com a área de 13.010.2356 ha, (treze mil e dez hectares, vinte e três ares e cinquenta e seis centiares), cujos limites e confrontações seguem a descrição de coordenadas, vértices, azimutes e distâncias delimitados conforme o Sistema de Gestão de Fundiária (SIGEF/INCRA) e constante no cabeçalho da abertura da referida matrícula ("Fazenda Jaguari") e (ii) Matrícula nº 30.627, Livro 2 – Registro Geral, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Redenção - PA, descrita como imóvel rural, denominado Fazenda Cabocla, situada no município de Cumaru do Norte - PA, com a área de 30.420.5271 ha, (trinta mil, quatrocentos e vinte hectares, cinquenta e dois ares e setenta e um centiares), cujos limites e confrontações seguem a descrição de coordenadas, vértices, azimutes e distâncias delimitados conforme o Sistema de Gestão de Fundiária (SIGEF/INCRA) e constante no cabeçalho da abertura da referida matrícula ("Fazenda Cabocla"), totalizando ambos os imóveis o valor de R\$ 8.492.766,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, setecentos e sessenta e seis reais). **II. Constatação da não integralização.** Não obstante a integralização das quotas mediante conferência do imóvel ter sido declarada na 1ª Alteração do Contrato Social acima referida, a Sociedade constata e reconhece que não foi possível a efetiva transferência dos referidos imóveis perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, de modo que a transferência das propriedades imobiliárias para a Sociedade não se aperfeiçoou, permanecendo os imóveis na titularidade de seu proprietário registral (a própria sócia, Vale Formoso Agropecuária S.A.) e não tendo passado a integrar o patrimônio imobiliário da Sociedade. **III. Decisão de não prosseguir com a integralização.** Diante do exposto, a Sociedade decide não dar seguimento à integralização dos referidos imóveis e, considerando que, em razão dessa decisão, o capital social subscrito se mostra excessivo em relação ao objeto da Sociedade, delibera regularizar a situação do capital social mediante a dispensa da integralização das quotas subscritas e ainda não integralizadas e a correspondente redução do capital social, nos termos dos arts. 1.082, II, e 1.084 do Código Civil. **IV. Redução do capital social.** Em razão do quanto deliberado acima e tendo sido reconhecido que o capital social se mostra excessivo em relação ao objeto da Sociedade, a Sociedade, com fundamento nos arts. 1.082, II, e 1.084 do Código Civil, delibera **dispensar a integralização das 8.492.766 (oito milhões, quatrocentos e noventa e duas mil, setecentas e sessenta e seis) quotas anteriormente subscritas e ainda não integralizadas**, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, e, consequentemente, reduzir o capital social de R\$ 8.493.766,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e seis reais) para R\$ 1.000,00 (um mil reais), mediante o cancelamento das referidas quotas. **V. Cancelamento de quotas.** Em consequência da redução acima, ficam canceladas as 8.492.766 (oito milhões, quatrocentos e noventa e duas mil, setecentas e sessenta e seis) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, que haviam sido subscritas e não integralizadas, passando o capital social, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a ser dividido em 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, todas de titularidade do sócio único Vale Formoso Agropecuária S.A. **VI. Publicação da presente deliberação.** Fica autorizada a publicação da presente deliberação, nos termos do art. 1.084, § 1º, do Código Civil, para que, no prazo de 90 (noventa) dias contado da publicação, os credores quirografários por título líquido anterior à data da publicação possam opor-se à redução, na forma da lei. **VII. Efeitos e arquivamento.** A presente redução de capital somente produzirá efeitos, e a correspondente alteração contratual somente será levada a arquivamento definitivo na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias mencionado no item VI acima, sem que tenha havido oposição de credores, ou após solucionadas eventuais oposições apresentadas, nos termos do art. 1.084, §§ 1º e 2º, do Código Civil. **VIII. Alteração contratual e arquivamento.** Transcorrido o prazo legal de 90 (noventa) dias contado da publicação da presente deliberação, sem oposição de credores quirografários, ou, havendo oposição, após comprovado o pagamento do crédito ou o depósito judicial do respectivo valor, será formalizada a correspondente alteração do Contrato Social da Sociedade, de modo a refletir a redução do capital social ora aprovada, e promovido o arquivamento dos atos pertinentes perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA. **IX. Registro do imóvel.** Fica consignado que, uma vez que a conferência do imóvel descrito no item I acima ao capital social da Sociedade não chegou a se aperfeiçoar, o referido imóvel não passou a integrar o patrimônio da Sociedade, inexistindo transferência de sua titularidade para a Sociedade em decorrência do aumento de capital acima referido. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, a Sociedade encerra os trabalhos, sendo lavrada, lida e assinada a presente ata, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2026.
Sócia: **VALE FORMOSO AGROPECUÁRIA S.A.**
Representado por: Cristiano Soares Rodrigues
Sócia: **VALE FORMOSO AGROPECUÁRIA S.A.**
Representado por: Marcelo Lambrecht

MERCADOS



Bovespa cai quase 1% após nova onda de conflitos EUA-Irã

JULIANA MACHADO/AE

O mercado passou por um dia de maior aversão ao risco que predomina no exterior, onde novas notícias a respeito dos conflitos no Oriente Médio provocaram um ajuste de posições globalmente. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se afastou das mínimas no fechamento, firmando-se nos 185 mil pontos (185.629,04 pontos), mas seguiu em queda (-0,93%) até o fim dos negócios.

Ontem, novos ataques a bases e navios dos EUA no Estreito de Ormuz levaram o petróleo Brent para novembro, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), a fechar em alta de 3,36%, a US\$ 101,21 o barril, voltando ao teto registrado no fim de julho. A alta do petróleo motiva ajustes nas carteiras dos alocadores globais pelo receio de que isso gere efeitos inflacionários no mundo. Na esteira do movimento da commodity, a Petrobras foi a única ação entre as blue chips a sustentar um pregão positivo.

Na última hora do pregão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou decreto que reduziu o PIS/Cofins sobre a gasolina em R\$ 0,63 por litro de gasolina e que corta o PIS/Cofins em R\$ 0,19 por litro do etanol, zerando toda a tributação do produto. Também assinou Medida Provisória que prevê alívio de mais R\$ 1 no litro do diesel. Para os especialistas e analistas, porém,

o efeito sobre a renda variável local foi limitado.

DÓLAR

O dólar avançou ontem, e voltou a fechar acima de R\$ 5,10 diante do aumento da aversão ao risco no exterior e de uma provável saída de recursos da bolsa doméstica. Divergências emergentes, em especial latino-americanas, apanharam com nova rodada de alta das taxas dos Treasuries, impulsionadas sobretudo por temores inflacionários com a escalada do petróleo.

As cotações da commodity avançaram mais de 3% em meio ao recrudescimento do conflito no Oriente Médio, com atritos entre Estados Unidos e Irã, além de ataques ucranianos à infraestrutura de energia na Rússia. O contrato do Brent para novembro avançou 3,36%, a US\$ 101,21 o barril - pela primeira vez acima da marca de US\$ 100 desde fins de julho.

No momento de maior estresse, pouco depois das 12h, o dólar à vista tocou máxima de R\$ 5,1153. Após rondar os R\$ 5,10 pela maior parte da tarde, a moeda voltou ao nível de R\$ 5,11 na reta final do pregão e fechou a R\$ 5,1123, alta de 0,52%. O real, que brilhou nos primeiros pregões de setembro, amargou o pior desempenho entre as divisas mais líquidas. A moeda americana recua 1,31% frente ao real no mês, após avanço de 2,16% em agosto.

2026

CVM aplica multas de R\$ 933 mil no segundo trimestre

JULIANA GARÇON/AE

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) julgou quatro processos no segundo trimestre de 2026, todos submetidos ao rito simplificado, e aplicou multas a dez acusados que somaram R\$ 933 mil. As informações são parte do Relatório da Atividade Sancionadora, divulgado ontem, pela autarquia.

No período, a reguladora aceitou acordo (Termo de Compromisso) em dez processos, com 16 proponentes, totalizando R\$ 6,73 milhões. O Colegiado analisou propostas referentes a 23 processos, envolvendo 42 proponentes, com propostas que somam R\$ 10,04 milhões a título de danos difusos.

No segundo trimestre do ano, foram iniciados 19 Procedimentos Administrativos Investigativos, sendo 11 Termos de Acusação de Rito Ordinário, sete de Rito Simplificado e um Inquérito Administrativo. Ao todo, foram concluídos pe-

las áreas técnicas 15 Processos Administrativos que resultaram em acusações. Esses passaram ao status de Processos Administrativos Sancionadores (PAS) e serão julgados pelo Colegiado da CVM ou encerrados por meio de Termo de Compromisso, caso haja apresentação de propostas.

Até junho deste ano, 1.023 processos administrativos com potencial sancionador estavam em andamento, nas oito áreas técnicas que atuam em processos de apuração ou investigação. No período, a autarquia emitiu 43 ofícios de alerta por meio das áreas de supervisão, além de dois stop orders.

Também encaminhou 15 ofícios ao Ministério Público, sendo quatro aos Ministérios Públicos Estaduais e 11 ao Ministério Público Federal. Esses reportes envolvem indícios de crime de ação penal pública tanto em procedimentos administrativos sancionadores (PAS) quanto no curso da atuação geral da autarquia.

ALTA DO PETRÓLEO

Subsídios à gasolina e ao diesel são ampliados

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após a recente disparada no preço internacional do petróleo, o governo federal ampliou ontem as medidas para conter a alta dos combustíveis no Brasil. As novas ações reduzem em R\$ 0,63 por litro os tributos sobre a gasolina e autorizam uma subvenção inicial de R\$ 1 por litro de diesel.

As medidas foram anunciadas por meio de um decreto e de uma medida provisória assinadas ontem. A estratégia substitui e amplia a política de subsídios adotada anteriormente para tentar reduzir o impacto da disparada das cotações internacionais sobre os preços domésticos.

Principais medidas:

- Gasolina: redução de R\$ 0,63 por litro em PIS/Pasep e Cofins;
- Etanol hidratado: alíquotas de PIS/Pasep e Cofins zeradas;
- Diesel: subvenção inicial de R\$ 1 por litro, com valor ajustável;
- Prazo da redução para gasolina e etanol: de 10 de setembro a 5 de outubro;
- Diesel: mecanismo poderá ser alterado, interrompido ou prorrogado conforme o mercado.

SUBVENÇÃO AO DIESEL

A medida provisória assinada pelo governo autoriza a União a conceder subvenção econômica a produtores e importadores de óleo diesel de uso rodoviário enquanto persistir a instabilidade na oferta de combustíveis relacionada aos conflitos geopolíticos.

O desconto será aplicado diretamente ao preço de venda do

combustível. Os agentes que aderirem ao programa deverão registrar o abatimento na nota fiscal.

O valor inicial da subvenção será de R\$ 1 por litro, mas poderá ser modificado pelo Ministério da Fazenda, de acordo com as condições do mercado e a disponibilidade de recursos.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ficará responsável pela habilitação dos participantes, pelo acompanhamento dos preços e pelo pagamento da subvenção.

A medida considera ainda a dependência brasileira de importações. Segundo o governo, mais de 25% do diesel consumido no país é importado, o que aumenta a exposição do mercado doméstico às oscilações internacionais.

CORTE NA GASOLINA

Para a gasolina, o governo optou por reduzir a carga tributária. De 10 de setembro a 5 de outubro, as alíquotas do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e a comercialização do combustível e de suas correntes, com exceção da gasolina de aviação, serão reduzidas.

A diminuição dos tributos será de R\$ 0,63 por litro. Com a mudança, a carga tributária total sobre a gasolina passa a R\$ 0,16 por litro.

A nova medida substitui e amplia os efeitos da subvenção de R\$ 0,44 por litro prevista anteriormente para a gasolina, cuja vigência termina nesta quarta-feira.

Para o etanol hidratado, utili-

zado diretamente como combustível, o governo decidiu zerar as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins. A redução equivale a R\$ 0,19 por litro.

PRESSÃO

As novas medidas foram adotadas em meio à permanência da volatilidade no mercado internacional de petróleo.

O governo afirma que o petróleo Brent voltou à faixa de US\$ 100 por barril, em nível superior ao observado antes do agravamento dos conflitos no Oriente Médio. A alta das cotações aumenta os custos de produção, refino e importação de combustíveis.

Outro fator de preocupação é o Estreito de Ormuz, rota estratégica para o transporte mundial de petróleo. Antes da escalada dos conflitos, cerca de 20% do petróleo mundial passava pela região.

Segundo o governo, o objetivo das medidas é amortecer temporariamente os efeitos desse cenário sobre os preços domésticos.

CRÉDITO

Para financiar a política de subvenção, o governo federal também abriu um crédito extraordinário de R\$ 6,6 bilhões, por meio da Medida Provisória (MP) 1.389, publicada nesta quarta no Diário Oficial da União.

A maior parte do dinheiro será destinada ao diesel:

- R\$ 5,607 bilhões para a subvenção à produção e à importação de diesel de uso rodoviário;
- R\$ 998 milhões para a subvenção à produção e à importação de combustíveis deri-

vados de petróleo.

Os recursos serão executados pelo Ministério de Minas e Energia, e a ANP ficará responsável pela operacionalização dos pagamentos.

Os créditos extraordinários permitem a utilização imediata dos recursos para cobrir gastos emergenciais e imprevisíveis. Pelas regras, ficam fora do limite de despesas do arcabouço fiscal.

POLÍTICA DE SUBSÍDIOS

As medidas anunciadas nesta quarta-feira dão continuidade à política de contenção dos preços dos combustíveis adotada pelo governo desde maio. No fim da tarde, os ministérios da Fazenda, do Planejamento e de Minas e Energia concederão entrevista para explicar os novos subsídios e detalhar o impacto sobre os cofres federais.

Naquele momento, a escalada do petróleo provocada pelo conflito no Oriente Médio levou o Executivo a criar mecanismos de subvenção para reduzir o impacto sobre os consumidores brasileiros.

Segundo levantamento do site GlobalPetrolPrices.com, de fevereiro a setembro de 2026, a gasolina acumulou alta de 3,3% no Brasil, contra avanço médio de 20,8% no mundo. No diesel, a alta brasileira foi de 7,3%, ante 30% na média global.

As novas medidas têm caráter temporário e poderão ser ajustadas conforme a evolução dos preços internacionais, das condições de oferta e da disponibilidade orçamentária e financeira.

Matéria alterada às 19h43 para retirar a informação de que os créditos extraordinários ficam de fora da apuração da meta de resultado primário.

CRÉDITOS

Combustíveis e agricultura familiar recebem quase R\$ 7 bi

O governo federal publicou na terça-feira passada duas medidas provisórias que autorizam a abertura de créditos extraordinários que somam R\$ 6,98 bilhões. Os recursos serão destinados ao financiamento de subsídios para combustíveis e ao fortalecimento da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A maior parte dos recursos,

R\$ 6,605 bilhões, foi autorizada pela Medida Provisória nº 1.389 e será destinada ao Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Do total, R\$ 5,607 bilhões serão aplicados na subvenção econômica à produção e à importação de óleo diesel de uso rodoviário, de acordo com a Medida Provisória nº 1.363. Outros R\$ 998 milhões serão direcionados

à subvenção econômica para produção e importação de combustíveis derivados de petróleo.

AGRICULTURA FAMILIAR

Também foi publicada a Medida Provisória nº 1.390, que abre crédito extraordinário de R\$ 375 milhões ao Pronaf, sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Os recursos serão destinados ao financiamento de operações

EXPORTAÇÃO

Itália está aberta a diálogo, diz chanceler sobre suspensão da carne brasileira na Europa

EDUARDO LAGUNA/AE

O ministro das Relações Exteriores da Itália, Antonio Tajani, disse ontem, que seu país trabalhará "sempre" pela eliminação de barreiras "extra-aduaneiras" e pela facilitação do comércio, ao comentar a decisão da União Europeia de suspender as importações

de carnes e outros produtos de origem animal do Brasil.

Segundo Tajani, a solução ao entrave deve vir pela via diplomática e técnica, e não por escalada política. "Os problemas se resolvem com o diálogo. Estamos aqui para dialogar", afirmou o chanceler. Ele acompanha uma missão de 100 empresas italianas, que

chegou ontem ao Brasil após passagem pela Argentina. A União Europeia suspendeu oficialmente as compras de carne do Brasil, com bloqueio em vigor desde 3 de setembro, citando critérios sanitários relacionados às regras de controle e uso de antimicrobianos na pecuária. Tajani, que também é vice-primeiro-ministro no gover-

no de Giorgia Meloni, reconheceu que divergências em regras sanitárias podem criar obstáculos, mas prometeu trabalhar para que os problemas sejam resolvidos.

Demonstrando confiança em uma solução pragmática, o ministro disse que a Itália pode atuar como facilitadora, desde que dentro do marco regulatório do bloco.

Diário do

Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista www.diariodoacionista.com.br Administração, redação e departamento comercial		Administração - Redação <table><tr><td>CESAR FIGUEIREDO - Diretor</td><td>FELIPE SOARES - Diretor</td></tr><tr><td>PAULO DETTMANN - Editor Chefe</td><td>HAROLDO PAULINO - Diagramação</td></tr></table>		CESAR FIGUEIREDO - Diretor	FELIPE SOARES - Diretor	PAULO DETTMANN - Editor Chefe	HAROLDO PAULINO - Diagramação	 ACESSE NOSSO SITE
CESAR FIGUEIREDO - Diretor	FELIPE SOARES - Diretor							
PAULO DETTMANN - Editor Chefe	HAROLDO PAULINO - Diagramação							
Rio de Janeiro		São Paulo						
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro		Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899						

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

